



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 15536.000031/2007-74

**Recurso nº** Voluntário

**Resolução nº** 2403-000.088 – 4<sup>a</sup> Câmara / 3<sup>a</sup> Turma Ordinária

**Data** 15 de agosto de 2012

**Assunto** SOLICITAÇÃO DE DILIGÊNCIA

**Recorrente** SOCIEDADE ESPÍRITA FRATERNIDADE

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos em converter o julgamento em diligência.

Carlos Alberto Mees Stringari

Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento, os conselheiros Carlos Alberto Mees Stringari (Presidente), Maria Anselma Coscrito dos Santos, Ewan Teles Aguiar, Ivacir Julio de Souza, Paulo Mauricio Pinheiro Monteiro e Marcelo Magalhães Peixoto.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário apresentado contra Decisão da Delegacia da Secretaria da Receita Previdenciária em Niterói, Decisão-Notificação Nº 17-423.4/0102/2005, que julgou o lançamento procedente.

A autuação foi assim apresentada no relatório da decisão recorrida:

*Trata-se de crédito lançado pela fiscalização contra a associação acima identificada que, de acordo com o Relatório Fiscal de fls. 78/78 e anexos A e B, fls. 80/106, teve como fato gerador remunerações pagas ou creditadas á empregados e contribuintes individuais*

*2. Informa o relatório fiscal que os salários de contribuição lançados nos Livros Diários nº 1 (registro nº 3957, em 26/09/2002), 2 (registro nº 2 36/84, em 17/05/84) e 3 (re.g. nº 271/03, em 12/01/96), mostram-se superiores aqueles existentes nas folhas de pagamento e RAIS.. Foi efetuado quadro demonstrativo (Anexo A), onde verificou-se diferenças entre os salários de contribuição para os quais houve o recolhimento, extraídos das guias de recolhimentos e os salários de contribuição extraídos dos Livros Diários.*

*3. Informa ainda que as remunerações dos prestadores de serviços para os quais não houve recolhimento, encontram-se relacionadas no Anexo B.*

Inconformada com a decisão, a recorrente apresentou recurso voluntário, onde alega, em síntese, que:

O lançamento considerou como hipótese de incidência das contribuições para a Seguridade Social fatos como: compra de ardósia, compra de "estrume", compra de grama, remessa de Sedex, produtos e serviços fornecidos por pessoas jurídicas, compra de materiais diversos.

a própria tabela elaborada pelo R. Auditor, contida no anexo B, do relatório já faz prova do que aqui afirmamos.

a prova de que os valores lançados incluíam fatos outros que não os geradores das contribuições lançadas estava no material elaborado pelo Auditor que integrava o lançamento.

Falha na descrição dos fatos geradores.

É fato que alguns dos lançamentos referem-se a serviços prestados por autônomos. Nestes casos, a remuneração, que é a contraprestação do contratante destinada a retribuir o trabalho, os serviços prestados, é considerada a base de cálculo. Entretanto, alguns tipos de serviços e alguns dos lançamentos contábeis, apresentam em seus valores importâncias destinadas a remunerar os prestadores de serviço e à aquisição de material, ou utilização de equipamentos necessários à realização do serviço. Nestes casos, deve-se...promover a exata apuração do quanto destinou-se à remuneração pelos serviços prestados, objetivando delimitar com precisão a base de cálculo, excluindo dela os valores referentes à aquisição de material, ou utilização de equipamentos, a fim de se apurar com exatidão o valor devido, referente à remuneração contida no lançamento.

Também quando efetuou o lançamento decorrente de diferenças constatadas entre as folhas de pagamentos e os registros contábeis contidos nos livros diários, o R. Auditor não se ocupou de delimitar a base de cálculo.

Em sua determinação de levantar débitos contra a Instituição, o agente Fiscal não verificou que sobre o título "Pessoal" não estavam contabilizados no Diário os salários líquidos, mas todos os valores despendidos pela Recorrente em função das relações de emprego, ou seja, Salários, Contribuições para o INSS, FGTS, PIS Folha de Pagamento, Vale Transporte, Parcelas Indenizatórias e Primeira Parcela do 13º salário.

Apresenta QUADRO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL (anexo 2), onde demonstra mês a mês todos os valores que compõem os lançamentos nos Livros Diários sob o título "Pessoal" e ainda, no anexo 3, cópia dos documentos dos respectivos lançamentos, que entende comprovar a inexistência diferenças de salários de contribuição, pois elenca os valores referentes às despesas com pessoal a seguir relacionadas:inobservância das variações monetárias decorrentes da URV, pois o lançamento dos salários de contribuição no Diário estavam em Cruzeiros Reais e o valor do recolhimento em URV Alega confusão na informação das alíquotas Em 30/09/2005 o Serviço do Contencioso (fls.483/484) requisitou diligência para a análise dos documentos acostados pela recorrente e possível retificação do lançamento.

A diligência manifestou-se pela manutenção do lançamento (fls.543/546).

Em 23/12/2006, a seção do contencioso reiterou o pedido de diligência para novos esclarecimentos, tendo como resposta a Informação Fiscal prestada em 14/02/2007, fls551/558.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Carlos Alberto Mees Stringari, Relator

Conforme observado no relatório acima apresentado, foi necessário baixar o processo em diligência para dar ciência ao Hospital Geral e Ortopédico S/A da autuação.

### *DA DILIGÊNCIA*

*Tendo em vista que foi caracterizada a formação de GRUPO ECONÔMICO entre a notificada e o Hospital Geral e Ortopédico S/A e dos autos não contar ter sido este Último cientificado do fato;*

*Propusemos o encaminhamento dos autos à DRF de origem, a fim de que o AFRFB notificante procedesse à cientificação do solidário, com prazo para manifestação nos moldes do art. 23 do Decreto nº 70.235/72.*

*Como resultado da diligência, obtém-se a informação fiscal lis. 146, de que foi enviado por AR (recebido cm 14/11/2008), ao devedor solidário, Hospital Geral e Ortopédico S/A o TERMO DE SUJEIÇÃO PASSIVA SOLIDÁRIA (fls.148), contendo cópia integral da Notificação que deu origem ao processo.*

Constato que, também do resultado do julgamento efetuado pela DRJ não se deu ciência ao Hospital Geral e Ortopédico S/A.

O processo deve retornar à DRF de origem para sanar esse vício e oportunizar apresentação de recurso também para o Hospital Geral e Ortopédico S/A.

## CONCLUSÃO

Voto por converter o julgamento em diligência para sanar o vício apontado.

Carlos Alberto Mees Stringari